

## **Anexo I - Deliberações das 10 (dez) Pré-Conferências da VIII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP**

### **RELATÓRIO TÉCNICO DA CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIÃO CENTRO OESTE 2 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

#### **Ficha Técnica**

##### **SMADS**

Alda Marco Antônio | Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo/SP

Olga Arruda | Coordenadora de Gestão de Pessoas

##### **COMAS**

Jair Gomes de Araújo | Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP

##### **Comissão Central de Organização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

###### **Conselheiros:**

Carlos Nambu | Coordenação; Silvana Cappellini | Relatoria; Darcy Diago Finzetto; Dirceu Omae; Dulcinéa Pastrello; José Wilson Bernardes; Valéria da Silva Reis Ribeiro

###### **Secretária executiva do COMAS-SP:**

Maria Inês Shigekawa

###### **Representantes da SMADS:**

Eliana Maria Ribeiro Garrafa, Elisabeth Maria Valletta e Kátia Cilene Gregório

###### **Fórum da Assistência Social da Cidade de São Paulo:**

Maria Nazareth Cupertino e Paulo Lopes Carneiro

###### **Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo:**

Cláudia Aparecida Felipe e Cleodon Silva

###### **Fórum de Entidades Beneficentes de Assistência Social: Elisabete Antolino**

##### **SOLAR Consultoria em Gestão e Pesquisas**

João de Jesus da Costa | Gerente do Projeto

Alfredo Barbeta | Coordenador Técnico

Andréia da Silva Barbosa | Coordenadora Adjunta

Lígia Mendes Borges | Coordenadora de Relatoria

Mariana Barbosa Barreiros Rubinello | Coordenadora de Credenciamento

Deborah Ghelfond | Assessora Técnica e Relatora

Márcia Pereira Borges | Assessora Técnica e Relatora

Beatriz Barbosa Barreiros | Relatora

Dorival Pereira dos Santos Junior | Relator

Elisabete Satie Henna | Relatora

Rozimar Donizete Lemos | Relatora

Joselma Gonçalves Sousa | Administradora

Ana Paula Ximenes Neves | Estagiária

Abigail Torres | Palestrante

Priscila Cardoso | Palestrante

Renato Dente Luz | Palestrante

Vânia Nery | Palestrante

## LISTA DE SIGLAS

**AGPP** - Assistente de Gestão de Políticas Públicas  
**BPC** - Benefício de Prestação Continuada  
**CAPE** - Centro de Atendimento a Pacientes Especiais  
**CAPS** - Centro de Apoio Psicossocial  
**CAS** - Coordenadoria de Assistência Social  
**CCA** - Centro da Criança e do Adolescente  
**CEBAS** - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social  
**CNAS** - Conselho Nacional de Assistência Social  
**COEGEMAS** - Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social  
**COMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social  
**CONSEAS** - Conselho Estadual de Assistência Social  
**CRAS** - Centro de Referência da Assistência Social  
**CREAS** - Centros de Referência Especializados da Assistência Social  
**FAS** - Fórum de Assistência Social  
**FMAS** - Fundo Municipal de Assistência Social  
**FNAS** - Fundo Nacional de Assistência Social  
**GDA** - Gratificação de Desempenho de Atividades  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano  
**IML** - Instituto Médico Legal  
**INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social  
**LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
**LOA** - Lei Orçamentária Municipal  
**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social  
**LOSAN** - Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional  
**MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
**MP** - Ministério Público  
**MSE** - Medidas Socioeducativas  
**MUNIC** - Pesquisa de Informações Básicas Municipais  
**NOB** - Norma Operacional Básica  
**NOB/RH** - Norma Operacional Básica/Recursos Humanos  
**NOB/SUAS** - Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social  
**NSE** - Núcleo Sócio Educativo

**OAB** - Ordem dos Advogados do Brasil  
**ONG** - Organização Não-Governamental  
**PAIF** - Programa de Atenção Integral às Famílias  
**PBF** - Programa Bolsa Família  
**PCCS** - Plano de Cargos, Carreiras e Salários  
**PEC** - Proposta de Emenda à Constituição  
**PETI** - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
**PL** - Projeto de Lei  
**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
**PNAS** - Política Nacional de Assistência Social  
**PPA** - Plano Plurianual  
**PROASF** - Programa de Atenção Social às Famílias  
**PSB Infância** - Programa de Apoio à Criança de 0 a 6 anos  
**PSF** - Programa de Saúde da Família  
**RH** - Recursos Humanos  
**SAS** - Supervisão de Assistência Social  
**SEHAB** - Secretaria de Habitação  
**SMADS** - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social  
**SNAS** - Secretaria Nacional de Assistência Social  
**SPTRANS** - São Paulo Transporte S/A  
**SUAS** - Sistema Único da Assistência Social  
**TCE** - Tribunal de Contas Estadual  
**TCM** - Tribunal de Contas Municipal  
**TCU** - Tribunal de Contas da União

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Verificação do Eixo Controle Social

Tabela 2 - Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município

Tabela 3 - Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal

Tabela 4 - Financiamento

Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos

Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS

Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS

Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento

Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências

Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional

Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Inscritos na Conferência Centro Oeste 2

Gráfico 2 - Credenciamento

Gráfico 3 - Palestra (s)

Gráfico 4 - Trabalhos em grupos

Gráfico 5 - Infra-estrutura

Gráfico 6 - Organização geral do evento

## SUMÁRIO

### **Apresentação**

- 1. Regimento Interno aprovado na Conferência Regional**
- 2. Mesa de abertura dos trabalhos**
  - 2.1. Composição da mesa de abertura**
  - 2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**
- 3. Sistematização do CONFERIR 2007**
  - 3.1. Eixo 1 - Controle Social**
  - 3.2. Eixo 2 - Implantação e Ampliação do SUAS no Município**
  - 3.3. Eixo 3 - Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**
  - 3.4. Eixo 4 - Financiamento**
- 4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- 5. Sistematização do PROPOR 2009**
  - 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos**
  - 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS**
  - 5.3. Subtemas: gestão do SUAS e entidades**
  - 5.4. Subtema: financiamento**
  - 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e nas Conferências**
- 6. Moções referendadas na Conferência Regional**
- 7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**
  - 7.1. Participantes inscritos**
  - 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal**
  - 7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**
  - 7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**
- 8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**
- 9. Avaliação**
  - 9.1. Síntese das avaliações dos participantes**
  - 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes**

### **Anexos**

- Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social**
- Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**
- Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**
- Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

## Apresentação

A Conferência Regional de Assistência Social Centro-Oeste 2 aconteceu no dia 1º de julho de 2009 e abrangeu os distritos: Pinheiro e Butantã. O evento ocorreu nas dependências do Instituto Sedes Sapientiae, Rua Ministro Godoi, 1.484, no bairro Perdizes, sendo que o credenciamento dos participantes iniciou-se às 8h e a plenária final encerrou-se por volta das 19 horas.

Estavam presentes 141 (cento e quarenta e um) participantes, dos quais 112 (cento e doze) inscritos, sendo eles 08 (oito) usuários do SUAS, 26 (vinte e seis) trabalhadores da rede socioassistencial, 41 (quarenta e um) de organizações sociais, 33 (trinta e três) representantes do poder público e 04 (quatro) de outras categorias não especificadas.

A Conferência Regional cumpriu com a programação prevista, sem alterações no cronograma.

Compuseram a Comissão Organizadora Regional e equipe de relatores e facilitadores:

**Quadro 1 - Composição da Comissão Organizadora Regional**

REPRESENTAÇÃO	STATUS	NOME
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	IVANDRO LUIZ BEDIN
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR COORDENADORA	CAMILLE SOARES DE AGUIAR
SOCIEDADE CIVIL	TITULAR	MARCILENE OLIVEIRA DE ABREU
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	ANDREZA A. DE SOUZA
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	CACILDA S. MODESTO
SOCIEDADE CIVIL	SUPLENTE	SONIA REGINA FARIA COSTA
PODER PÚBLICO	TITULAR	CAROLINA T. NAKAGAWA
PODER PÚBLICO	TITULAR COORDENADORA	CLAUDIA MARIA PIRES DE CAMPOS
PODER PÚBLICO	TITULAR	MARIA ANGELINA CAMPI PIRES CASTANHO
PODER PÚBLICO	SUPLENTE	ILZA VALÉRIA MOREIRA JORGE

PODER PÚBLICO	SUPLENTE	ELISABETE ARAKI
PODER PÚBLICO	SUPLENTE	FELIPE SANTORO SANTOS

**FALTAM RELADORES E FACILITADORES E EQUIPE DE APOIO**

**Quadro 2 - Equipe de Facilitadores e Relatores**

NOME	FUNÇÃO

## **1. Regimento Interno Aprovado na Conferência Regional**

### **CAPÍTULO I – ORGANIZAÇÃO**

Art. 1º - A Conferência Regional de Assistência Social da Cidade de São Paulo é foro de debate, na defesa dos direitos socioassistenciais, civis e políticos e na garantia do sistema de proteção social da Assistência Social.

Art. 2º - A Conferência Regional terá caráter deliberativo. Será realizada conforme publicação da Resolução COMAS/SP 359 de 25/04/2009.

Art. 3º - A mesa coordenadora dos trabalhos da Conferência Regional será composta por:

I - Um Coordenador da Mesa

II - Um Mediador - Conselheiro designado pelo COMAS/SP;

III - Um representante da CAS;

IV - Um representante da Sociedade Civil;

V - Autoridade(s) presente(s) na Conferência Regional,

§ 1º - A escolha dos membros da mesa coordenadora, a exceção do mediador ficará a critério da Comissão Regional da Macro-Região.

§ 2º - Cabe ao Coordenador da Mesa:

-Dar início aos trabalhos

-Garantir a palavra aos integrantes da mesa e plenário

-Conduzir os trabalhos do dia

§ 3º - Cabe ao Mediador:

-Assegurar a realização da Conferência Regional observando o Regimento Interno

-Garantir a interlocução com a Comissão Regional

Art. 4º - A Comissão Regional foi constituída de foro paritário composta por 03 (três) representantes do poder público e 03 (três) representantes da sociedade civil homologados pelo COMAS/SP em resolução própria.

§ 1º - As Comissões Regionais são de coordenação paritária (1 da Sociedade Civil e 1 do Poder Público) eleitos pelo Plenário da Comissão na Macro-região correspondente.

Art. 5º - São participantes da Conferência Regional:

\* Conselheiros Municipais de Assistência Social;

\* Representantes do Poder Público;

\* Representantes de Entidades e Organizações, Trabalhadores e Usuários;

\* Representantes de Fóruns Regionais e Municipal voltados para a Assistência Social;

\* Representantes de Movimentos Sociais, Universidades, Conselhos de Categorias Profissionais e Fóruns de Etnia e de Gênero;

\* Autoridades convidadas e presentes

§ 1º - Os participantes da Conferência Regional deverão ser maiores de 16 (dezesesseis) anos ou emancipados legalmente, devidamente documentados.

Art. 6º - Na Conferência Regional o credenciamento será presencial e realizado das 8h00 às 10h00, mediante assinatura da lista de presença, recebimento da Ficha de Credenciamento, escolha do subgrupo com seu respectivo tema no período da manhã e Ficha de Inscrição para os interessados em pleitear a vaga de Delegados para a Conferência Estadual, cuja eleição será realizada na Conferência Municipal.

§ 1º - Cada subgrupo terá número de vagas pré-estabelecido pela Comissão Regional. Caso o subgrupo escolhido já esteja com o número de vagas preenchido, o participante deverá fazer a sua 2.ª opção e assim consecutivamente, caso necessário.

§ 2º - Fica estabelecido que a Ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual, deverá ser obrigatoriamente devolvida no credenciamento do período da tarde, até às 14h00, para realização da confirmação do credenciamento e escolha do subgrupo com seu respectivo subtema no período da tarde, em local a ser designado pela Comissão Regional, sob pena de ficar inabilitado a participar da VIII Conferência Municipal de Assistência Social o participante que não devolver a ficha de Credenciamento e a Ficha de Inscrição para Delegados da Conferência Estadual.

## CAPÍTULO II - DA TEMÁTICA E PROGRAMAÇÃO

Art. 7º - A Conferência Regional terá como tema “Participação e Controle Social do SUAS” e como objetivo “Avaliar a situação da assistência social, propor e deliberar diretrizes para o aperfeiçoamento do SUAS, enfatizando a participação e o controle social no município de São Paulo”.

§1º - As temáticas deverão seguir as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social.

§2º - Os grupos temáticos da Conferência Regional deverão conferir a efetivação ou não das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social em 2007 nesses últimos 2 (dois) anos, identificando os avanços, as dificuldades/entraves, apresentando os Relatórios dos subgrupos para deliberação do Plenário Final, com pontos importantes abordados nos subgrupos para encaminhamento daquilo que não foi efetivado.

§3º - Os grupos temáticos da Conferência Regional também deverão propor quanto às metas em relativas ao tema da VII Conferência Nacional de Assistência Social, cujo tema é “Participação e Controle Social do SUAS”.

Art. 8º - A Conferência Regional terá a seguinte programação:

Conforme proposição da Mesa, à exceção do horário de credenciamento já deliberado pela plenária, a comissão regional terá autorização para fazer ajustes na programação quando houver necessidade.

\*8h00 às 10h00 - Credenciamento;

\*9h30 às 10h00 - Solenidade de Abertura;

\*10h00 às 10h30 - Leitura e aprovação do Regimento Interno da Conferência

## Regional

\*10h30 às 10h45 - Orientações da Comissão Central

\*10h45 às 12h00 - Conferir as deliberações de 2007

\*12h00 às 13h00 - Apresentação e aprovação dos trabalhos dos Grupos

\*13h00 às 14h00 - Intervalo para refeição

\*14h00 - Prazo para entrega da Ficha de Credenciamento e Ficha de Inscrição de Delegados para a Conferência Estadual

\*14h00 às 14h45 - Exposição do Tema “Participação e Controle Social do SUAS”

\*14h45 às 16h00 - Proposituras e deliberações nos grupos temáticos.

\*16h00 às 17h00 - Apresentação síntese pelo Relator de cada grupo, das propostas aprovadas nos grupos temáticos da Conferência Regional para aprovação no Plenário.

\*17h00 às 17h30 - Eleição e apresentação da delegação para a Conferência Municipal de Assistência Social, apresentação de moções e encerramento.

Art. 9º - Os participantes serão subdivididos em grupos temáticos:

§ 1º - Cada grupo terá um facilitador e relator indicados previamente pela Comissão Regional.

§ 2º - Cabe ao facilitador do Grupo:

I - Abrir e orientar a discussão;

II - Esclarecer dúvidas;

III - Coordenar os debates, assegurando o uso da palavra aos participantes;

IV - Assegurar que as propostas sejam encaminhadas e aprovadas por consenso Ou maioria simples;

V - Controlar o tempo.

§ 3º - Cabe ao Relator:

I - Registrar as propostas do grupo em instrumento próprio;

II - Apresentar o relatório à mesa coordenadora e ao plenário.

§ 4º - Fica estabelecido que as discussões nos grupos temáticos serão registradas por meio auditivo, sendo de responsabilidade da Assessoria de Metodologia a disponibilização do som e microfone para todas as salas, tendo em vista a responsabilidade pela gravação das discussões e deliberações do grupo. E de responsabilidade da Comissão Regional a disponibilização do som e microfone para os plenários gerais.

Art. 10º - Os participantes poderão fazer uso da palavra para intervenções nos grupos temáticos que não excedam 02 (dois) minutos ou poderão se manifestar por escrito e encaminhar ao Coordenador do Grupo.

Art. 11º - As reuniões dos Grupos Temáticos deverão propor em seu tema específico os relatórios e as propostas que serão apresentadas, deliberadas e referendadas no Plenário da Conferência Regional, e encaminhada para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

§ Único - A aprovação das propostas nos grupos dar-se-á por consenso ou maioria simples de votos e em seguida serão apresentadas para aprovação na plenária.

Art. 12º - As moções deverão ser entregues aos Coordenadores da Comissão Organizadora Regional até o início do Plenário de aprovação das propostas no período da tarde, com anúncio de término realizado pelo Coordenador da Mesa, e assinadas por pelo menos 20 (vinte) participantes.

### CAPÍTULO III - PLENÁRIO FINAL

Art. 13º - O Plenário Final da Conferência Regional será constituído pelos participantes, que deliberaram sobre as propostas apresentadas pelos grupos temáticos.

Art. 14º - O relator de cada grupo temático exporá sinteticamente no prazo de 10 minutos as considerações e propostas de cada grupo e entregará para a mesa coordenadora os formulários padrão preenchidos durante a discussão dos grupos temáticos.

§ Único - Visando a consolidação e sistematização dos resultados que serão apresentados na VIII Conferência Municipal de Assistência Social, as Comissões Regionais deverão entregar em até 02 (dois) dias úteis da realização da Conferência Regional à Comissão Organizadora do COMAS/SP, os seguintes materiais: lista de presença e fichas de credenciamento e inscrição de Delegados para a Conferência Estadual, formulários, instrumentais dos grupos temáticos, o regimento aprovado pelo plenário e moções.

### CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Art.15º - Organização Regional

I - As Comissões Regionais, correspondentes as 10 Macro regiões, são responsáveis pela sua infra-estrutura e organização, sendo acompanhadas e subsidiadas pela Comissão Organizadora Central, conforme previsto no Artigo 4.º, Inciso III da Resolução 359/COMAS-SP/2009.

II - As Conferências Regionais de Assistência Social das Macro Regiões serão realizadas no âmbito das 5 CAS - Coordenadoria de Assistência Social, subdivididas em 10 Macro-Regiões, conforme segue:

#### CAS NORTE

\* NORTE 1 Santana/Tucuruvi - Jaçanã/Tremembé - Vila Maria/Vila Guilherme

\* NORTE 2 Perus - Freguesia/Brasilândia - Casa Verde/Cachoeirinha - Pirituba

#### CAS SUL

\* SUL 1 Campo Limpo - M'Boi Mirim

\* SUL 2 Parelheiros - Santo Amaro - Cidade Ademar- Capela do Socorro

## CAS CENTRO/OESTE

- \* CENTRO/OESTE 1 Lapa - Sé
- \* CENTRO/OESTE 2 Pinheiros - Butantã

## CAS SUDESTE

- \* SUDESTE 1 Mooca - Aricanduva/Vila Formosa/Carrão - Vila Prudente/Sapopemba-Penha
- \* SUDESTE 2 Vila Mariana - Jabaquara - Ipiranga

## CAS LESTE

- \* LESTE 1 São Mateus - Itaquera - Ermelino Matarazzo - São Miguel Paulista
- \* LESTE 2 Guaianases - Itaim Paulista - Cidade Tiradentes

## CAPÍTULO V - DOS DELEGADOS

### Art. 16º - Delegados (as)

I - O critério para a eleição de delegados (as) das Conferências Regionais de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do COMAS/SP. Os delegados (as) que serão eleitos na Conferência Municipal para a VII Conferência Estadual de Assistência Social seguirá a normativa e deliberação do CNAS e CONSEAS.

II - Será considerada, na escolha de delegados, a participação dos segmentos definidos nas orientações do CNAS e CONSEAS.

III - As delegados (as) Titulares à VIII Conferência Municipal de Assistência Social terão direito à voz e voto e deverão ser eleitos nas Conferências Regionais nas Macro Regiões.

IV - As Conselheiras (os) do COMAS/SP, titulares e suplentes, são delegados (as) natos à VIII Conferência Municipal, desde que participem integralmente do processo em pelo menos uma das Conferências Regionais das Macro Regiões, com direito à voz e voto.

V - A Assessoria de Metodologia ficará responsável pelas listas dos delegados (as) Titulares e Suplentes, observadores/as, referentes à VIII Conferência Municipal de Assistência Social, informando os seguintes dados: Regional (Macro região), nome, endereço para correspondência, telefone fixo e/ou celular, e-mail, número do documento de identificação, segmento que representa que estarão inclusos em formulário específico, anexo ao relatório, e fornecido pela Comissão de Organização Central da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 17º - Dos critérios de escolha das Delegados(as) Titulares/Suplentes e Observadores, para a VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

I - Eleger delegados e observadores da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, garantindo o critério de 1/3 (um terço) para cada um dos segmentos - Usuários, Trabalhadores e Organizações/Entidades prestadores de serviços de Assistência Social.

II - A composição dos delegados da Sociedade Civil para a VIII Conferência Municipal, será acrescida dos 18 (dezoito) Conselheiros da Sociedade Civil do COMAS/SP, os quais participarão da VIII Conferência Municipal, na condição de delegados natos em consonância com o Artigo 16.º - Inciso IV.

III - Na representação da Sociedade Civil serão eleitos:

a) Delegados(as) titulares, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 5 (cinco) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal;

b) Delegados(as) suplentes, na proporção de 1 (um) delegado eleito para cada 10 (dez) participantes da Conferência Regional. Estes terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

c) Observadores - até o máximo de 10 (dez) por Conferência Regional, entre adolescentes e adultos, os quais terão direito a voz na VIII Conferência Municipal;

IV - Na representação do Poder Público serão indicados para a VIII Conferência Municipal delegados nas Conferências Regionais em número igual à quantidade de delegados da sociedade civil. Caso uma região não atinja o número necessário, este poderá ser complementado por representantes de outra região. Só poderão ser delegados, os representantes do Poder Público que participarem integralmente da Conferência Regional.

§ 1º - Serão eleitos os candidatos que entregarem para a Comissão Regional, a ficha de credenciamento, devidamente preenchida em todos os itens e obtiverem maior número de votos dos participantes, em pleito realizado em plenário.

§ 2º - Caso haja empate, proceder-se-á nova votação e ocorrendo novo empate, haverá sorteio.

§ 3º - Os delegados deverão ser apresentados pela Comissão Regional para referendo final do Plenário.

Art. 18º - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Regional em conjunto com o representante do COMAS/SP mediador da Conferência Regional.

## **2. Mesa de abertura dos trabalhos**

### **2.1. Composição da Mesa de Abertura**

A mesa de abertura da Conferência Regional foi composta pela Sra. Cláudia Amaria Pires de Campos, coordenadora da Comissão Regional pelo poder público e também coordenadora do CRAS de Pinheiros – coordenadora da mesa; Sr. José Wilson Bernardes, representante do COMAS, conselheiro no segmento usuários; Sr. Evandro Luiz Bedim, representante da comissão regional organizadora pela sociedade civil e é diretor pedagógico do CJ Instituto Dom Bosco; Sr. Carlos Nambu, representante da Comissão Central; Dra. Dalca Chavez, diretora do Sedes Sapientiae; Sra. Margrida Yuba, representante da SMADS e CAS Centro-Oeste; Maria Angelina Pires Castanho, coordenadora do CRAS Butantã e Sr. Floriano Pêsaro, atual vereador da cidade de São Paulo, ex-secretário da SMADS.

### **2.2. Síntese dos pronunciamentos das autoridades**

Cláudia Amaria Pires de Campos – “Bom Dia a todos! Bem vindos à Conferência Regional de Assistência Social da Macro Centro-Oeste 2, Butantã e Pinheiros. Eu gostaria inicialmente agradecer ao INSTITUTO SEDES SAPIENTIAE, na pessoa da Dra. Dalca pela gentileza na cessão deste espaço; agradecer também à Comissão Central, aos membros da Comissão Regional, aos relatores e facilitadores, aos parceiros Inspeção Saleziana de São Paulo e a Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, que forneceram o lanche que será oferecido na hora do almoço. E por último eu gostaria de reforçar que a conferência é um momento de grande importância para a assistência social, de participação social, com o objetivo de conferir e avaliar as metas e propor novas medidas que consolidem os direitos sócio-assistenciais dos usuários. Que tenham todos um bom dia.”

Evandro Luiz Bedim – “Bom dia a todos. Eu acho que hoje é um dia importante, onde a sociedade civil e o poder público em conjunto debatem, fazem um momento de diálogo sobre as políticas públicas, sobre a participação e o controle social. Um momento rico, porque temos usuários, trabalhadores, as organizações e o poder público propondo, conferindo metas para um melhor atendimento a todos. É um momento que a gente tem

que aproveitar muito principalmente para propor quais rumos a gente quer tomar nas políticas públicas. Que sejam todos bem-vindos!”

José Wilson Bernardes - “Bom dia a todas e a todos! É o maior prazer estar sentado nesta mesa com grandes mestres na área social. Eu já vivi três anos nessa região de Pinheiros como usuário do serviço e eu quero desejar a todos que a gente faça um bom trabalho. Estou percebendo grandes colegas meus usuários, coordenadoras. Me perguntaram se eu ia ficar nervoso, mas estou me sentindo à vontade e tranqüilo, no meio de grandes mestres, educadores e colegas usuários. Obrigado!”

Dalca Chavez - “Bom Dia a todos e a todas. Eu gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa da coordenadora, a assistente social Cláudia. Para o Instituto SEDES é uma alegria estar recebendo todos vocês, dentro da vocação deste instituto que sempre batalhou na questão dos direitos humanos, da democracia. E acho que aqui é um exemplo vivo de todos os segmentos poderem dar sua opinião. A gente espera colabora e que tudo saia a contento de todos. Obrigada!”

Carlos Nambo - “Bom Dia a todos e a todas. Eu queria em nome da Cláudia parabenizar a todos aqueles da Comissão Organizadora Regional, que propiciaram esse momento, cumprimentar em nome do Evandro todos os representantes da sociedade civil e em nome da Cláudia cumprimentar todos os representantes do poder público. E temos uma Comissão Organizadora Central que tem um papel muito importante presentes aqui. Temos também o trabalho de bastidores, que é a Secretaria do COMAS, o apoio da SMADS e o ESPASO. E na representação da sociedade civil, não poderia deixar de citar o FAS, Fórum da Assistência Social. Nós teremos quatro momentos importantes que envolvem a Conferência: primeiro, o lançamento na Câmara Municipal; segundo, a realização das pré-conferências regionais e da Conferência Municipal; terceiro, uma audiência pública de apresentação dos resultados e prestação de contas; e por último um evento-compromisso: a entrega dos resultados da Conferência aos poderes executivo, legislativo, judiciário e o COMAS. E eu declaro aqui aberta a Conferência Regional da Centro-Oeste.”

Margarida Yuba - “Bom dia a todas e a todos. É bastante importante o nosso encontro hoje, que estamos poder público e sociedade civil na discussão do redirecionamento da política pública de assistência social na cidade de São Paulo. Um momento importante para nós, trabalhadores sociais, que estamos executando política pública. É importante a participação de todos na decisão, no monitoramento, na avaliação de todo processo desencadeado na execução de políticas públicas de assistência social. Temos muitos desafios: ampliação de cobertura, consolidação da rede de serviços, aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativo-financeira, o trabalho no território com foco na família. E tem um grande desafio que é tema da Conferência: participação e controle social no SUAS. Tem uma frase do Lindblam que diz: ‘No jogo de poder e decisão, a relação dos principais jogadores inclui as autoridades governamentais eleitas e nomeadas, os líderes de partido e grupos de interesse e um pequeno número de cidadãos excepcionalmente ativos’. Aqui está o nosso grande desafio: que cada vez mais cidadãos possam participar e monitorar esse processo de redirecionamento da política pública de assistência social. Que a gente tenha uma boa conferência!”

Floriano Pêsaro - “Bom Dia a todas e a todos! Esse momento é muito importante na formulação e análise da política pública de assistência social. Tal política nasce das bases, desse processo de discussão. E ela evoluiu muito ao longo dos últimos anos, desde a Constituição de 1988, o Plano Nacional de Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social, e mais recentemente o Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, que à luz do SUS é um sistema que deve ser cada vez mais integrado do ponto de vista federativo (União, Estados e Municípios). E precisa ser discutido à luz do orçamento. Não se faz política pública sem dinheiro. Corre no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que vincula recursos à assistência social, 5%. Então nós temos que lutar para que essa emenda constitucional possa ser aprovada. Na mesma linha, nós apresentamos uma proposta de emenda à Lei Orgânica aqui em São Paulo que vincula 5% do orçamento no fundo municipal de assistência social. E espero contar com o apoio de vocês e que contem com o meu apoio na luta por uma assistência social cada vez mais ampla, universal, democrática e participativa.”

### **3. Sistematização do “CONFERIR 2007”**

Os temas para o “Conferir 2007” foram definidos de acordo com os eixos da VII Conferência Municipal: eixo 1 - Controle Social, eixo 2 - SUAS no Município: implantação e ampliação, eixo 3 - Necessidades relativas a Recursos Humanos/Pessoal, eixo 4 - Financiamento. O objetivo para os grupos foi o de conferir o nível de implementação das propostas oriundas da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

### 3.1. Eixo 1 – Controle Social

**Tabela 1 – Verificação do Eixo Controle Social**

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
1	Monitorar e avaliar os programas implantados, através da definição de indicadores que avaliem a qualidade, quantidade e custos dos serviços oferecidos.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATORIO	
2	Garantir a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos.	SIM		SATISFATÓRIO	
3	Implementar e dar publicidade ao Cadastro Único das organizações prestadoras de serviços socioassistenciais no município.	SIM		SATISFATÓRIO	
4	Desenvolver ferramentas mais efetivas de controle e monitoramento, garantindo subsídios para a avaliação de resultados e alcance de metas.	SIM		INSATISFATORIO	
5	Fortalecer os órgãos de fiscalização (Ministério Público, Conselhos Tutelares, Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Conselhos de Escolas, etc.) na garantia de vagas e permanência nas escolas, a crianças com deficiências.	NÃO	CURTO PRAZO	INSATISFATORIO	
6	Desenvolver e implantar um sistema de monitoramento e avaliação eficaz e eficiente.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATORIO	
7	Investir em pesquisas para melhor conhecimento dos territórios.	SIM		INSATISFATORIO	
8	Criar um Comitê Gestor Tripartite em cada subprefeitura, com competências definidas por um colegiado tripartite (organizações sociais, trabalhadores e usuários).	NÃO	LONGO PRAZO	INSATISFATORIO	O Comitê se tornou obsoleto em decorrência das mudanças ocorridas, extinção da Coordenadoria

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
<b>9</b>	Fortalecer e assegurar as ouvidorias públicas no município.	<b>SIM</b>		<b>INSATISFA- TORIO</b>	<b>Embora efetivada deve ser fortalecida e assegurada.</b>
<b>10</b>	Criar o “Comitê Municipal de Monitoramento, Avaliação e Encaminhamento das Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social”. Órgão cuja atribuição dar-se-á nas áreas de assessoria, avaliação e propositura de ações que venham a garantir o cumprimento das referidas deliberações nos termos da minuta apresentada à Plenária e que passa a fazer parte das deliberações da VII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo.	<b>SIM</b>		<b>INSATISFA- TORIO</b>	
<b>11</b>	Criar formas de gestão colegiada entre usuários e trabalhadores, na gestão dos serviços no âmbito de cada subprefeitura.	<b>NÃO</b>		<b>INSATISFA- TORIO</b>	
<b>12</b>	Promover encontros periódicos dos Fóruns Regionais e Municipal de Assistência Social para debates e monitoramento das propostas aprovadas nas Conferências Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social.	<b>SIM</b>	<b>MÉDIO PRAZO</b>	<b>INSATISFA- TORIO</b>	
<b>13</b>	Fortalecer os Fóruns Regionais e Municipal e Conselho Municipal de Assistência Social.	<b>NÃO</b>			
<b>14</b>	Viabilizar o controle social através de comissão intersetorial de Subprefeituras para monitorar a gestão dos recursos.	<b>NÃO</b>			<b>A gestão dos recursos tendo como responsabilidade de outros órgãos SMADS e COMAS.</b>

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
15	Planejar e divulgar as conferências com maior tempo hábil e antecedência, enviando materiais e informações facilitando o entendimento e a participação.	SIM		INSATISFA- TORIO	Dificuldades financeiras
16	Ampliar, promover e capacitar a participação popular na formulação das políticas de assistência social e no controle social, por meio de fóruns regionais e municipal de assistência social.	NÃO	MÉDIO PRAZO		Pouca mobilização dos Fóruns regionais.
17	Garantir que o monitoramento da destinação das bolsas de estudos seja feito pelo COMAS, e que este seja disponibilizado ao Conselho Gestor local da Subprefeitura à qual pertence a concedente; que o COMAS reveja os critérios para a inscrição das entidades de educação.				O grupo entende que não é de sua competência avaliar e conferir esta proposta.
18	Promover a participação popular na formulação e no controle social de Políticas de Assistência Social.	NÃO	MÉDIO PRAZO		É preciso ter capacitação e formação para a população.
19	Que o COMAS e a SMADS se integrem para a formação de um grupo intersecretarial e, em conjunto com os demais Conselhos, busquem viabilizar uma Política integrada intersecretarial para a metrópole e para a megalópole	NÃO			Dificuldades nos meios de comunicação, acarretando a realização de diversas conferências no mesmo calendário.

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
<b>20</b>	Propor que os membros desta Conferência assumam o compromisso de viabilizar a implementação de grupo de trabalho para garantir o Financiamento da Assistência Social junto à comissão de orçamento da Câmara Municipal, através do Fórum de Assistência Social e do COMAS, e de um movimento coletivo de mobilização social para que o orçamento preveja as reais necessidades da Assistência Social.	<b>SIM</b>	<b>MÉDIO</b>	<b>INSATISFA- TORIO</b>	
<b>21</b>	Garantir mecanismos legais para a utilização de recursos públicos na locomoção, alimentação, hospedagem e participação digna de delegados e conselheiros eleitos pela sociedade civil e poder público quando houver plenárias, fóruns, seminários e conferências no âmbito das três esferas de governo.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Criação de dotação orçamentária para garantir a participação dos usuários em todos os âmbitos.</b>
<b>22</b>	Garantir que os recursos orçamentários consignados na Função Programática “08- Assistência Social”, integrem o SUAS e sejam submetidos ao comando único conforme a LOAS e SUAS normas e regulamentações.	<b>SIM</b>		<b>SATISFATÓRIO</b>	
<b>RELATÓRIO FINAL</b>					

### 3.2. Eixo 2 – Implantação e Ampliação do SUAS no Município

**Tabela 2 – Verificação do Eixo Implantação e ampliação do SUAS no município**

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
<b>1</b>	Implantar, ampliar e/ou melhorar a estrutura física e de recursos humanos e descentralizar os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) nos distritos, considerando todos os segmentos das áreas de vulnerabilidade social.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>As verbas não são destinadas para manutenção de recursos humanos.</b>
<b>2</b>	Fortalecer o CRAS como articulador e mobilizador da rede socioassistencial; estabelecer planejamento conjunto e criar estratégias de integração das Secretarias Municipais e intersetorial, de modo a oferecer retaguarda para a população usuária da assistência social.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Não implantação dos CRAS e falta de recursos humanos.</b>
<b>3</b>	Dar continuidade e ampliar os serviços do PROASF e PAIF (Programa de Atenção integral à Família) nos âmbitos federal, estadual e municipal.	<b>SIM</b>	<b>CURTO PRAZO</b>	<b>INSATIS- FATÓRIO</b>	<b>Paralelismo de ação, pulverizando em diversos setores da gestão municipal.</b>
<b>4</b>	Fomentar e ampliar os serviços voltados à família em situação de risco social que promovam prevenção contra a violência, abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, contribuindo para a efetivação do Plano Nacional de Garantia a Convivência Familiar e Comunitária.	<b>NÃO</b>			<b>Ausência do plano para enfrentamento da violência abuso, exploração sexual e tráfico de seres humanos.</b>
<b>5</b>	Realizar trabalho com as famílias em situação de vulnerabilidade social, com possibilidade de incluí-las nos Programas Sociais e Programas de Geração de Renda.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Descontinuidade das políticas com as mudanças de gestão.</b>

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
6	Rever os critérios para a inclusão das famílias vulneráveis no Programa Renda Mínima.	NÃO			<b>Pulverização das informações sobre os critérios em diferentes setores.</b>
7	Ampliar os serviços voltados à criança e ao adolescente, garantindo a não interrupção dos serviços continuados quando houver mudança de gestão, assegurando os recursos necessários, ampliando as vagas e novos serviços e projetos como NSE I e II, NSE III e IV- profissionalizante, PETI e Agente Jovem, incluindo ações preventivas à violência, considerando os índices de vulnerabilidade social, incluindo conteúdos de cidadania e ética.	NÃO	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Falta de recursos financeiros disponíveis para implantação dos serviços.</b>
8	Conceder Bolsa Auxílio para jovens que esteja freqüentando os NSEs III e IV e prever para os usuários do I e II.	NÃO	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Não foi concedido o recurso financeiro.</b>
9	Ampliar os serviços voltados a famílias, mulheres, idosos, crianças e adolescentes em situação de risco.	NÃO			<b>Redução dos serviços, como o fechamento de albergues; as definições políticas não priorizam a AS; não implantação dos CRAS e CREAS; os dados oficiais sobre vulnerabilidade não incluem a população de rua.</b>
10	Implantar e/ou ampliar Núcleos de Convivência que atendam a todos os segmentos	NÃO			<b>Falta de recursos humanos públicos.</b>

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
11	Garantir, como política pública, o atendimento domiciliar para o idoso ou assistência à família (Programa Cuidador de Idosos).	NÃO			Ausência da participação dos idosos tanto nos espaços de debate quanto na prioridade das instituições; falta de informações oficiais sobre a situação de muitos idosos no município; conflito entre as necessidades de atendimento dos idosos e diretrizes para disponibilização de vagas; os idosos, pela falta de equipamentos sócio-assistenciais diferenciados, ocupam um espaço inadequado na rede.
12	Garantir o acesso dos Idosos a programas de capacitação, requalificação e recolocação profissional.	NÃO			Ausência da participação dos idosos tanto nos espaços de debate quanto na prioridade das instituições; falta de informações oficiais sobre a situação de muitos idosos no município; conflito entre as necessidades de atendimento dos idosos e diretrizes para disponibilização de vagas; os idosos, pela falta de equipamentos sócio-assistenciais diferenciados, ocupam um espaço inadequado na rede.
13	Rever critérios de inclusão e ampliação dos programas sociais de transferência de renda e implementar formas de controle.				

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
14	Implantar unidades de serviço de proteção social básica ou especial a crianças e adolescentes, idosos, mulheres e mães adolescentes e pessoas com deficiência, tendo por referência as necessidades e políticas específicas desses segmentos, de acordo com o diagnóstico elaborado junto com o FAS.				
15	Promover e fortalecer o trabalho articulado e integrado, estabelecendo e/ou consolidando as redes sociais locais, promovendo o atendimento integral e capacitando os agentes sociais.				
16	Implantar e implementar programas, projetos, benefícios e ações voltados à Segurança Alimentar e Nutricional em consonância com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, lei 11.346 de 15/09/06)				
17	Ampliar os serviços da rede de proteção especial, fortalecendo, ampliando e revitalizando programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários				
18	Garantir a continuidade (com todos os núcleos: jurídico, social, psicológico e educacional), ampliar e regionalizar o serviço de proteção jurídico-social e apoio psicológico para crianças, adolescentes, jovens, e suas famílias em situação vulnerabilidade social.				

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
<b>19</b>	Fortalecer, ampliar e consolidar os projetos e os serviços socioeducativos com os catadores e população em situação de rua em toda a cidade de São Paulo, garantindo a continuidade dos projetos já existentes.				
<b>20</b>	Fortalecer e ampliar projetos de geração de renda, para população em situação de rua, com estabelecimento de parcerias entre empresas públicas e privadas / cooperativas de geração de renda.				
<b>21</b>	Criar espaços regionais para venda de trabalhos produzidos por todos os segmentos da Assistência Social (Loja Social / Feira).				
<b>22</b>	Assegurar que albergues, centros de convivência e demais serviços voltados à população em situação de rua desenvolvam ações destinadas à inserção no trabalho e/ou geração de renda.				
<b>23</b>	Ampliar e implementar programas para a erradicação da exploração sexual infanto-juvenil.				
<b>24</b>	Garantir a inclusão de jovens em medidas socioeducativas em meio aberto na rede socioassistencial.				
<b>25</b>	Assegurar atendimento contínuo à população moradora de rua, principalmente a pessoas que fazem tratamento médico ambulatorial.				

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
26	Ampliar e implantar serviços na rede de proteção social especial para atendimento a pessoas com deficiência, garantindo-lhes serviços de abrigo, convivência, desenvolvimento de habilidades e atendimento socioassistencial, de forma a incluí-los socialmente de maneira integrada.				
27	Ampliar Casa Abrigo e criar casas Passagem para mulheres vítimas de violência, com garantia de atendimento social, físico, psicológico, guarda, segurança e atendimento para filhos.				
28	Assegurar que as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados e/ou abrigados sejam inseridas em programas socioassistenciais de transferência de renda.				
29	Ampliar abrigos para crianças e adolescentes com a inclusão de quadro de funcionários especialista em atendimento a pessoas com deficiência.				
30	Implantar Casa de Passagem e/ou Moradia Provisória para população adulta nos locais em que haja demanda.				
31	Implantar repúblicas para todos os segmentos que dela necessitarem.				
32	Ampliar albergues, com núcleo de serviço (dia) e atendimento à família.				
33	Garantir acesso e atendimento à população em situação de rua no território de sua escolha.				

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
34	Assegurar acesso a hospedagem e/ou aluguel a pessoas moradoras em áreas de risco e situação emergencial (incêndio, enchentes e desabamentos).				
35	Assegurar acesso a programas habitacionais (aluguel social e locação social) para pessoas em situação de rua atendidas na rede de proteção social especial.				
36	Assegurar que os Poderes Executivo e Legislativo Municipal legitimem e reconheçam a Política de Assistência Social na elaboração do PPA, da LDO e da LOA.				
37	Revisar e atualizar cartilhas sobre o SUAS com a finalidade de expor os direitos e serviços aos usuários, seu funcionamento, como e onde reivindicar o acesso aos mesmos, e ainda divulgar os endereços dos CRAS. A elaboração da cartilha ficará a cargo da SMADS e COMAS, com ampla divulgação à sociedade civil.				
38	Flexibilizar a Política da Assistência Social para adaptação à realidade de cada município.				
39	Proporcionar uma política inclusiva e não disciplinadora aos usuários dos serviços da rede de assistência social.				

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
40	Indicar à SPTrans a obrigatoriedade de executar a Lei nº 5296, dando maior efetividade ao transporte de pessoas idosas e/ou com deficiência, através da ampliação e qualificação da sua metodologia de trabalho, propiciando locomoção a um maior número de usuários e seus acompanhantes.				
41	Garantir que a SEHAB atenda de forma imediata as famílias que moram em áreas de risco, favelas e ocupações, em programas habitacionais, incluindo trabalho sócio-educativo sistemático.				
42	Propor à Secretaria Municipal da Saúde, em caráter de emergência, a implantação de CAPS (Centro de Apoio Psicossocial) em todos os distritos, e a ampliação do PSF - Programa de Saúde da Família, especialmente em áreas descobertas de atenção básica.				
43	Indicar à Secretaria Municipal de Educação a necessidade de ampliar o programa de capacitação de profissionais para atendimento a pessoa com deficiência na rede pública de ensino.				
44	Otimizar programas voltados para a faixa etária de 4 a 5 anos (NSE).				
45	Ampliar o número de Telecentros.				
46	Ampliar o transporte escolar (vai e volta).				

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
47	Articular uma política em rede e intersecretarial no atendimento a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência, no que diz respeito ao acolhimento e humanização dos serviços, principalmente com a Secretaria de Segurança (Delegacia de Mulheres, IML) e Secretaria da Saúde (hospitais de atendimento à violência doméstica e sexual).				
48	Indicar às três esferas de governo que a Política Habitacional deve contemplar a implantação de moradias populares para Idosos.				
49	Implantar Centro de Cultura e de Referências Étnicas.				
50	Ampliar e fortalecer programas específicos para pessoas etilistas e dependentes químicos com dificuldade de convívio social.				
51	Garantir a integração entre as políticas sociais do município de São Paulo - intersetorialidade (habitação, saúde, educação, trabalho e outros).				
52	Garantir que famílias ocupantes das áreas de mananciais sejam incluídas em projetos habitacionais de forma digna, assegurando acesso à rede de proteção social.				

**RELATÓRIO FINAL**

O grupo decidiu se avaliar a quantidade de meta que fosse possível de acordo com o tempo.  
Foram avaliadas apenas 12 das 52 metas, das quais apenas 1 foi considerada efetivada insatisfatoriamente, e as demais não foram efetivadas.  
O Grupo recomenda que para a próxima Conferência o COMAS e a SMADS apresente um balanço qualitativo e quantitativo das propostas de Conferência Anterior

### 3.3. Eixo 3 – Necessidades relativas a Recursos Humanos / Pessoal

**Tabela 3 – Verificação do Eixo Necessidades Relativas a Recursos Humanos / Pessoal**

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
<b>1</b>	Criar uma coordenadoria específica de assistência social para cada subprefeitura.	<b>NÃO</b>	<b>MEDIO PRAZO</b>	<b>INSATISFATÓRIO</b>	Antes havia as CASD nas 31 subprefeituras e atualmente há 5 CAS para as macro regioes. Não existem indicadores de avaliação para a nova estrutura implementada – CAS avaliar se as 5 (cinco) CAS já implementadas atendem as necessidades de todo município.
<b>2</b>	Criar quadro de pessoal compatível com a implantação do SUAS no município, abrindo concurso público, conforme NOB/RH, com plano de carreira.	<b>SIM</b>	<b>CURTO PRAZO</b>	<b>INSATISFÁRIO</b>	Houve concurso para assistentes sociais, mas a secretaria não absorveu a necessidade real para o funcionamento dos serviços. No caso de psicólogos, não foi realizado o concurso, pois esse depende da secretaria da saúde para solicitar esses profissionais. Os assistentes sociais foram para outras secretarias, pois a responsabilidade da solicitação desses profissionais era da subprefeitura que não os solicitou.
<b>3</b>	Que a gestão municipal crie um grupo de trabalho composto por sindicatos profissional e patronal, entidades sociais e usuários, para padronização da nomenclatura dos cargos dos profissionais da área de assistência social e para definição de padrão mínimo dos recursos humanos.	<b>NÃO AVALIADA</b>	<b>MEDIO PRAZO</b>		Faltam informações e parâmetros para avaliar a proposta por parte dos integrantes do grupo
<b>4</b>	Formar equipe multidisciplinar para atendimento de trabalhadores e usuários.	<b>NÃO AVALIADA</b>			Proposta pouco clara, redação ambígua Obs.: importância de esclarecer as propostas para o período da tarde.

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
5	Ampliar o número de educadores que trabalham com adolescentes.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de dados para análise Não existem portarias para efetivar a proposta É preciso ter remanejamento da verba
6	Diminuir o número de adolescentes por educador, na proporção de um educador para cada vinte adolescentes.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta de dados para análise Não existem portarias para efetivar a proposta É preciso ter remanejamento da verba
7	Ampliar número de profissionais para trabalho com idosos.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATÓRIO	Houve o aumento mais insuficiente Falta vontade política Existem portarias mas não implantada adequadamente É preciso ter remanejamento da verba A questão do idoso na cidade não é prioridade como política pública
8	Redimensionar o quadro de profissionais para atendimento nos NSEs, adequando-os à proporção educadores x usuários.	SIM	CURTO PRAZO	INSATISFATORIO E INADEQUADO	Existe a portaria para regulamentação do quadro de serviços, mas o quadro ainda não está de acordo com as necessidades. Criou-se o cargo de assistente técnico
9	Prever no orçamento da Assistência Social, a qualificação permanente dos trabalhadores sociais, na SMADS, SAS, CRAS, programas e serviços conveniados.	NÃO	CURTO PRAZO		Desconhecimento do orçamento por parte dos integrantes do grupo. Falta de publicização do plano da secretaria e das portarias. Para alguns programas teve capacitações não permanentes, mas não na área de idoso e população de rua, Qualificações estão acontecendo, porém é preciso ter um plano de qualificação permanente, referendado pela SMADS.
10	Estruturar e capacitar educadores dos Núcleos Socioeducativos (NSEs) e das Organizações que trabalham com pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO PRAZO		A portaria existe, mas não é adequada

## Relatório final

### Situação

Efetivadas = 4 - insatisfatoriamente

Não efetivadas = 4

Não avaliadas = 2

### Prioridade

Curto prazo = 6

Médio prazo = 2

Longo prazo = 0

### Observações

Falta de indicadores e monitoramento com relação às propostas de 2007

Faltou resposta da SMADS para todas as questões, com isso, todas as propostas viraram de curto prazo e a tendência é que elas continuarão não sendo atendidas.

Houve uma fala a respeito da falta de informações, pois há falta de indicadores e monitoramento por parte da secretaria. As falas do grupo são baseadas em "achismos" e particularidades. Essa fala foi aclamada pelo grupo. Faltam conhecimentos para embasar uma discussão coletiva e não particular de cada caso.

Defesa da experiência vivencial dos serviços para conferir essas metas, e o que se percebe é a precariedade do trabalho de maneira geral.

É necessário existir um processo de avaliação e monitoramento entre uma conferência e outra, pois atualmente há um vácuo nesse período.

### 3.4. Eixo 4 – Financiamento

**Tabela 4 – Financiamento**

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
<b>1</b>	Ampliar em no mínimo 20% ao ano o orçamento da Assistência Social, possibilitando a expansão dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e especial, principalmente ampliando o número de CRAS e implementando um CREAS por Subprefeitura.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Orçamento - entende-se que Ass. Social não é uma política prioritária para Secretaria de planejamento.</b>
<b>2</b>	Destinar recursos orçamentários da FMAS com base em diagnóstico construído conjuntamente com a sociedade civil.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Não houve efetividade do Orçamento participativo.</b>
<b>3</b>	Ampliar e qualificar os recursos destinados às SAS e aos CRAS para atendimento direto.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Realocação do quadro de RH Concurso Público.</b>
<b>4</b>	Levar em conta os seguintes indicadores para a partilha de recursos: território com maior índice de vulnerabilidade social, famílias em risco (essencialmente com responsáveis pela família), população em situação de rua, população idosa e pessoas com deficiência.	<b>SIM</b>	<b>CURTO PRAZO</b>	<b>INSATISFA- TÓRIO</b>	<b>Crítérios de partilhas precisam ser publicizado de maneira clara (como, quando e onde estão sendo distribuídos esses recursos).</b>
<b>5</b>	Ter uma base de custeio de acordo com o serviço e a capacidade de atendimento.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		<b>Rever a portaria 28 e os cortes de orçamento</b>
<b>6</b>	Construir proposta orçamentária em conjunto com o FAS, garantindo transparência na destinação do FMAS.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
7	Assegurar que os recursos financeiros do orçamento da União em 2006 sejam transferidos do FNAS para o FMAS, com base nos critérios de partilha definidos na NOB/SUAS Plano 10, garantindo recursos financeiros também para serviços de proteção especial no Município de São Paulo.	SIM			
8	Propor a dotação de 5% do orçamento federal, estadual e municipal para os respectivos fundos de Assistência Social, aos outros programas de transferência de renda, sem vinculação com a verba destinada ao BPC (Benefício de Prestação Continuada).	NÃO	CURTO PRAZO		<b>Direcionar o Confins a Seguridade como um todo. Falta de avanço do PEC.</b>
9	Ampliar os programas de transferência de renda e os valores dos benefícios com gestão compartilhada com a sociedade civil.	NÃO	CURTO PRAZO		
10	Incluir no PPA, LDO e LOA para 2008 nas três esferas de governo, recursos orçamentários para reajuste de custeio da rede socioassistencial conveniada, e no PPA a ser elaborado em 2009, para regulamentar este reajuste anual.	NÃO	CURTO PRAZO		
11	Financiar um estudo dos Custos de cada serviço para garantir o respeito aos princípios do NOB/ SUAS.	NÃO	CURTO PRAZO		

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
12	Priorizar as emendas parlamentares de comissão e bancada, tendo em vista a deliberação da III Conferência Nacional de Assistência Social, da V Conferência do Município de São Paulo e Deliberação s/nº da plenária do COMAS de 30/06/2005, para que os projetos de emendas parlamentares sejam destinados aos Fundos Municipais de Assistência Social, Estadual e do Distrito Federal para os programas e serviços aprovados pelos Conselhos nos Planos Municipais de Assistência Social.	NÃO	CURTO PRAZO		Não ha destinação para o fundo e sim direto para secretaria/entidades. Falta transparência.
13	Garantir ao COMAS conhecimento e controle da destinação da aplicação dos recursos oriundos de emendas parlamentares da bancada paulistana, no Congresso Nacional.	NÃO	CURTO PRAZO		Não ha destinação para o fundo e sim direto para secretaria/entidades. Falta transparência.
14	Elaborar lei municipal para criação do passe livre, para que crianças, adultos e adolescentes em situação de vulnerabilidade social tenham acesso a atividades de Esporte/Lazer, Cultura, Educação, Saúde, Profissionalização, Trabalho e Assistência Social, sem ônus aos usuários.	NÃO	CURTO PRAZO		Não existe intersecretariedade e prioridade na pauta da Assistência
15	Promover parcerias com comércio, empresas nacionais e internacionais dentro de programas de Responsabilidade Social, com garantia da primazia do Estado no financiamento dos programas, projetos e ações de Assistência Social.	NÃO	CURTO PRAZO		

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
16	Sensibilizar o Poder Legislativo para a instituição de legislação específica visando a renúncia fiscal à doação de recursos de pessoa jurídica ou física ao Fundo Municipal de Assistência Social, que não poderão ser aplicados em programas, projetos, serviços e benefícios destinados a crianças e adolescentes	NÃO	CURTO PRAZO		Falta mobilização da Sociedade Civil , acionar o Ministério da Fazenda
17	Reduzir em 50 % as tarifas públicas devidas por ONGs que realizam o trabalho de assistência social (nas três esferas de governo).	NÃO	CURTO PRAZO		
18	Elaborar revisão da Lei de Parcerias, sob a luz da NOB/SUAS/2005.	NÃO	CURTO PRAZO		
19	Prever reajuste de verba dos serviços conveniados a fim de garantir o repasse do dissídio anual.	NÃO	CURTO PRAZO		Não houve repasse em 2008 e somente a metade em 2007.
20	Desburocratizar regras para o estabelecimento de parcerias com o poder público.	NÃO	CURTO PRAZO		Falta maior interesse da Sociedade Civil, Fazer um realinhamento de convocação e divulgação dos editais, para maior participação da Sociedade Civil.
21	Destinar recursos para melhoria e adequação dos espaços físicos onde os serviços são desenvolvidos, reestruturando-os para inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência.	NÃO	CURTO PRAZO		
22	Agilizar o processo de inscrição no Conselho Nacional de Assistência Social.	NÃO	CURTO PRAZO		

<b>META</b>	<b>PROPOSTA</b>	<b>EFETIVADA SIM/NÃO</b>	<b>PRIORIDADE</b>	<b>AVANÇOS</b>	<b>DIFICULDADES/ ENTRAVES</b>
23	Incluir profissionais de assistência social nas organizações sociais.				O Grupo definiu em votação que esta proposta não está clara (Houve maior numero de abstenção).
24	Incluir coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social e auxiliar administrativo no quadro de pessoal das entidades, com serviços conveniados, que atendem crianças, adolescentes e jovens.	<b>SIM</b>		<b>INSATISFA- TÓRIO</b>	Houve pequeno investimento na PSE e nenhum na PSB.
25	Incorporar a 13º parcela complementar aos convênios.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		
26	Possibilitar a existência de repasse de recursos às organizações conveniadas para despesa de investimento, como por exemplo, reforma, ampliação e compra de material permanente.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		
27	Definir padrões para os serviços ainda não normatizados pela SMADS.	<b>SIM</b>		<b>INSATISFA- TÓRIO</b>	Necessidade de revisão na portaria 28.
28	Incluir nos termos de convênios a exigência de que usuários e conselhos gestores acompanhem e avaliem a utilização de recursos, bem como a execução do convênio.	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		Não existe conselho gestor, portanto não há acompanhamento e conseqüentemente qualidade de serviço.
29	Reajustar recursos de convênios de acordo com as necessidades (acompanhando RH e outras despesas).	<b>NÃO</b>	<b>CURTO PRAZO</b>		

META	PROPOSTA	EFETIVADA SIM/NÃO	PRIORIDADE	AVANÇOS	DIFICULDADES/ ENTRAVES
30	Garantir repasse de verba dos convênios com agilidade para assegurar a continuidade dos trabalhos, independente da mudança de governo, em nível municipal.	NÃO	CURTO PRAZO		
31	Simplificar processos de prestação de contas dos convênios nos âmbitos municipal e estadual.	NÃO	CURTO PRAZO		
32	Alocar nos orçamentos Federal, Estadual e Municipal os reajustes de convênios e financiamentos dos Serviços de Assistência Social, e que estes reajustes sejam anuais.	NÃO	CURTO PRAZO		
<b>RELATÓRIO FINAL</b>					
<p>O Grupo concluiu que a maioria das propostas não foi efetivada.</p> <p>Os maiores entraves estão em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de critérios claros de destinação dos recursos,</li> <li>• <u>Falta de mecanismos para fortalecer a participação popular,</u></li> <li>• Falta de maior transparência,</li> <li>• Falta de interesse político para eleger prioridades.</li> </ul> <p>Conclui-se também que para o grupo avaliar o conferir 2007 o tempo foi muito curto para a quantidade de metas apresentadas, prejudicando na opinião do grupo um “avaliar” com qualidade (Espaço de discussão, esclarecimentos).</p>					

#### **4. Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”**

A palestra<sup>1</sup> “Participação e o Controle Social no SUAS” foi realizada por Abigail Torres que abordou os seguintes tópicos: conceito de controle social; controle social no SUAS; desafios para o controle social na cidade de São Paulo; condições necessárias para o fortalecimento do controle; responsabilidades dos atores envolvidos; competência ética; financiamento para realização de direitos; condições para as competências técnicas e exigências para a gestão democrática.

#### **5. Sistematização do PROPOR 2009**

Para a sistematização dos resultados das discussões dos temas do “Propor 2009”, as relatorias dispõem do material de apoio com os seguintes itens: efetivação das propostas; grau de prioridade para as propostas não efetivadas; grau de avanço das propostas efetivadas; dificuldades/entraves para a não efetivação de propostas; relatório final.

Os temas para o “Propor 2009” foram definidos de acordo com o agrupamento de sub-temas proposto pelo CNAS para as Conferências de Assistência Social de 2009: grupo 1 – Processo Histórico da Participação Popular no País, Trajetória e Significado do controle Social na Política de Assistência Social e Conselhos de Assistência Social e o SUAS, grupo 2 – Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários, grupo 3 – Democratização e Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS; grupo 4 – Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social. Além disso, para cada grupo haveria um tema em comum: participação do usuário nos Conselhos e Conferências.

---

<sup>1</sup> O conteúdo da palestra está no Anexo 2.

## 5.1. Subtemas: participação popular, controle social e conselhos

Processo Histórico da Participação Popular no País,  
Trajetória e Significado do Controle Social na Política de Assistência Social e  
Conselhos de Assistência Social e o SUAS

**Tabela 5 - Deliberações sobre participação popular, controle social e conselhos**

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<p>A AS tem uma história muito curta, que foi consolidada com a CF/88 – que garantiu os direitos socioassistenciais (ex. ECA); No início não houve participação do governo nas conferências e hoje já há. O atual desenho do SUAS e o CRAS é parte da história dos movimentos sociais de SP; O FAS e Câmara Municipal fizeram a primeira cartilha da LOAS; Há um crescimento profissional na AS; Surgimento de novos movimentos sociais; Realização de conferências de bianuais; Legislação da AS; benefícios garantidos em legislação; Mudança do assistencialismo para a consolidação da AS como política pública; Planejamento do PNAS; Nova significação do usuário – passou de objeto de intervenção a cidadão, com possibilidade de exercer o controle social;</p>	<p>Se não há informação não dá para gerar participação; Não estamos trazendo o usuário, mas fazendo as coisas por ele; Há uma fragmentação do movimento popular Falta de intersetorialidade; Mesmo com a importância do USUÁRIO, ainda não há quantitativa e qualitativa participação do mesmo no controle do serviço, na participação em Conferências e no assento dos conselhos de direitos; É preciso repensar o modelo de composição e o processo eleitoral do COMAS; Não se trabalha os direitos e deveres com os trabalhadores, técnicos, usuários e entidades; A falta de intersetorialidade: a Assistência Social não caminha sozinha; Incorporação do SUAS tanto pela equipe técnica quanto do usuário;</p>	<p>1. Garantir a presença do usuário no Comitê de monitoramento dos Resultados da VII e VIII Conferências; <u>Responsabilidade: COMAS</u> 2. Realizar o processo eleitoral do COMAS no período das Conferências (um dia antes), sob a coordenação do FAS. <u>Responsabilidade: COMAS</u> 3. Criar o Conselho Gestor do CRAS/CREAS (Coordenador de CRAS/CREAS); 4. Garantir a implementação com eficácia do SUAS, CRAS e CREAS. <u>Responsabilidade: SMADS, FAS, COMAS, Gov. Estadual, Gov. Federal, Conselhos.</u></p>

## 5.2. Subtemas: usuários e trabalhadores do SUAS

Os Usuários e seu Lugar Político no SUAS e os  
Trabalhadores do SUAS em Relação ao Protagonismo dos Usuários

**Tabela 6 - Deliberações sobre situação dos usuários e trabalhadores com relação ao SUAS**

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
<p>Há um espaço para os usuários: fala rua</p>	<p>Importância dos usuários terem conhecimento da rede sócio assistencial;</p> <p>Inexistência de espaços críticos e independente para que os usuários compreendam os seus direitos.</p> <p>O desafio é trabalhar a construção de um espaço participativo.</p> <p>Falta de divulgação do decálogo através do CRAS</p> <p>É preciso tornar os serviços da rede sócio-assistencial, acessíveis para todos, democratização dos serviços.</p> <p>O segmento do idoso não tem uma política pública efetivada.</p> <p>Os números de CRAS e CREAS são insuficientes diante da necessidade do município.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Divulgação dos serviços da rede socioassistencial. <u>Responsabilidade: SMADS</u></li> <li>2. Criar estratégias de divulgação do decálogo: traduzindo-os em uma linguagem acessível para o usuário.</li> <li>3. Reconhecimento dos direitos do idoso e efetivação das políticas públicas voltada para esse segmento.</li> <li>4. Que o CRAS e os serviços da rede conveniada criem espaços de participação e reflexão para os usuários entender, ouvir e encaminhar suas demandas, seus direitos, suas expectativas com relação aos serviços da rede, originando o protagonismo dos usuários. <u>Responsabilidade: CRAS, CREAS e parceiros</u> Como: metodologia participativa e dialógica</li> <li>5. Implantar CREAS e fortalecer os já existentes, para atender as necessidades do município.</li> <li>6. Adequação do quadro de profissionais nos CRAS, CREAS e serviços conveniados.</li> </ol>

### 5.3. Subtemas: Gestão do SUAS e Entidades

Democratização da Gestão do SUAS e Entidades de Assistência Social e o Vínculo SUAS

**Tabela 7 - Deliberações sobre situação o SUAS**

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios/ Propostas
<p>Audiências públicas; existência de Conselhos de participação dos usuários; realização de Conferências; conselhos de monitoramento dos serviços; ouvidorias; ministério público; os fóruns da sociedade civil; entre outros.</p>	<p>Falta de informações sobre as necessidades de serviços e demanda para a AS servindo de subsídio para o debate com a sociedade civil;</p> <p>Os gestores não costumam levar em consideração as diretrizes aprovadas nas conferências;</p> <p>Pouca definição de estratégias para a real implementação das propostas definidas;</p> <p>Falta de conhecimento de informações como mecanismo de democratização da gestão do SUAS;</p> <p>Fragilidade no acompanhamento da implementação das propostas das conferências;</p> <p>Desconsideração das propostas deliberadas nos espaços coletivos de participação e dos reais dados de</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estimular a composição de uma comissão regional em cada CRAS, com representantes do poder público, usuários e sociedade civil para acompanhar a efetivação das deliberações da conferência; <u>Responsável: COMAS</u></li> <li>2. Efetivação da intersetorialidade entre todas as políticas sociais, tais como AS, saúde, educação, habitação, lazer, cultura, trabalho e outras; <u>Responsáveis: SMADS e outras Secretarias municipais e as respectivas representações regionais e Sociedade Civil</u></li> <li>3. Elaborar e publicizar estudo de demanda e oferta de serviços e benefícios com vistas à Universalização da proteção social da AS, contendo: a população por território segundo segmento/ grau de vulnerabilidade/risco e tipo de serviço requerido, e serviços/ vagas existentes por território da cidade;</li> <li>4. Garantir compromissos e responsabilidades compartilhadas na efetivação da relação de parceria entre o poder público e as organizações e entidades de AS;</li> <li>5. Garantir a apresentação do Plano da AS (anual), ao COMAS, às Conferências e ao Fórum Municipal construindo uma avaliação quantitativa e qualitativa do cumprimento das deliberações das conferências e o desdobramento desta apresentação nas varias regiões da cidade - correspondendo</li> </ol>

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
	<p>demanda por ações e serviços no processo de planejamento das estratégias da política pública;</p> <p>Relações de poder e dominação existente na sociedade.</p>	<p>a cada um dos CRAS - objetivando estimular e fortalecer a participação;</p> <p>6. Democratizar a relação de poder (profissional) entre os operadores do SUAS e os usuários no cotidiano da prestação de serviços;</p> <p>7. Viabilizar a disponibilização das informações relativas à gestão das políticas de AS, visando os direitos da população e lançando mão de diversos meios de comunicação;</p> <p>8. Que as propostas das conferências respeitem a diversidades e características regionais, e da população que demanda serviços da AS;</p> <p>9. Que sejam criadas as comissões locais de participação e fiscalização em todos os serviços da rede sócio-assistencial, compostas por usuários e moradores da proximidade, com membros eleitos pela comunidade, sob coordenação do FAS;</p>

#### 5.4. Subtema: financiamento

Bases para a Garantia do Financiamento da Assistência Social.

**Tabela 8 - Deliberações sobre o financiamento**

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
	<p>No subtema Bases para garantia do financiamento da Assistência Social foi indicado ao grupo a apreciação das metas do plano decenal, foi feita uma leitura breve do referido plano, mas pela falta de subsídio para olhar para estes indicadores, o grupo acordou que esta avaliação do plano decenal no âmbito municipal deve ser recuperada para as discussões na Conferência Municipal de AS/2009, desta maneira o grupo não irá trabalhar com os dois campos avanços/dificuldades.</p> <p>O grupo partiu diretamente para as propostas</p>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Garantir que a função programática 8 seja destinada exclusivamente para a Ass.Social ou seja garantir a aplicação em serviços, benefícios, programas e projetos próprios da política de Ass.Social. <u>Responsabilidade: SMADS</u></li><li>2. Referendar como propostas todos os itens do “Conferir 2007” que não foram efetivados.</li><li>3. Dotação de no mínimo 5% da arrecadação para Assistência Social, no âmbito de Municípios, Estados e Federação, fundamentados nos artigos 204,205 e 206 da constituição federal de 1988 e relativos do CSLL (Contribuição sobre o lucro líquido) e COFINS, garantir a aprovação da PEC n 431/2001 e aplicá-la em consonância as deliberações da VII Conferência. <u>Responsabilidade: Governo, Municipal, Estadual e Federal.</u></li><li>4. Garantir a participação da Sociedade Civil na elaboração do PPA (Plano Plurianual), na LDO (Lei de diretrizes orçamentária Anual) e LOA (Lei orçamentária). Acompanhamento da execução e Controle Social das pendências, com elaboração da cartilha popular, publicizando a mesma para articulação e conscientização das comunidades quanto a importância de constar no PPA (Plano Plurianual), as metas de execução da Política pública da Ass.Social, sem a qual não ocorre a previsão orçamentária da pasta.( três esferas) <u>Responsabilidade: Governo, Municipal, Estadual e Federal.</u></li><li>5. Garantir que as deliberações da conferência municipal</li></ol>

Avanços alcançados	Dificuldades enfrentadas	Desafios / Propostas
		<p>sejam inclusas no PPA e no plano de metas, no caso de São Paulo, bem como que o mesmo se dê nas demais instâncias municipais estaduais e nacional.</p> <p><u>Responsabilidade: SMADS</u></p> <p><b>6.</b> Garantir previsão orçamentária para o custeio da participação plena dos usuários da Assistência Social nas diversas instancias da política pública, especialmente nas discussões que ocorrem durante as conferencias (Regional, Municipal, Estadual e Nacional) bem como nos conselhos e suas reuniões ampliadas.</p> <p><u>Responsabilidade: Governo, Municipal, Estadual e Federal.</u></p>

## 5.5. Participação do usuário nos Conselhos e Conferências

**Tabela 9 - Propostas sobre a participação dos usuários nos Conselhos e Conferências**

Grupos temáticos	Entraves / Dificuldades encontradas pelo usuário para participação nos Conselhos e Conferências	Propostas para superação das dificuldades
1	Falta formação dos usuários para qualificar sua participação conferências;	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar dotação orçamentária no COMAS para garantir a participação do usuário nas Conferências; (proposta a ser contemplada no Eixo financiamento)</li> <li>2. Realizar formação continuada para todos os segmentos que operam e se utilizam da política de Assistência Social. <u>Responsabilidade: SMADS, CAS, CRAS/CREAS e cada serviço ofertado)</u></li> </ol>
2		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar uma agenda permanente para discutir os temas das conferências, nos espaços do CRAS, CREAS e serviços conveniados.</li> </ol>
4	<p>Faltam recursos financeiros (transporte, alimentação etc..)</p> <p>Carência de capacitação específica anterior a estes momentos.</p> <p>A estrutura de participação não facilita as discussões e aprofundamento.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Realizar capacitações prévias, com previsão orçamentária específica para conselhos e conferências tendo como estratégias mais efetivas do que palestras, tais como: Vídeos, oficinas, envolvimento de profissionais de comunicação e também sendo objeto de responsabilidade dos serviços diretos e conveniados.</li> <li>2. Elaboração de cartilhas e glossários de entendimento popular.</li> <li>3. Repensar o tempo destinado para os grupos de discussões e quantidades de metas.</li> </ol>

## **6. Moções referendadas na Conferência Regional**

Nessa Conferência não foram apresentadas, nem referendadas moções.

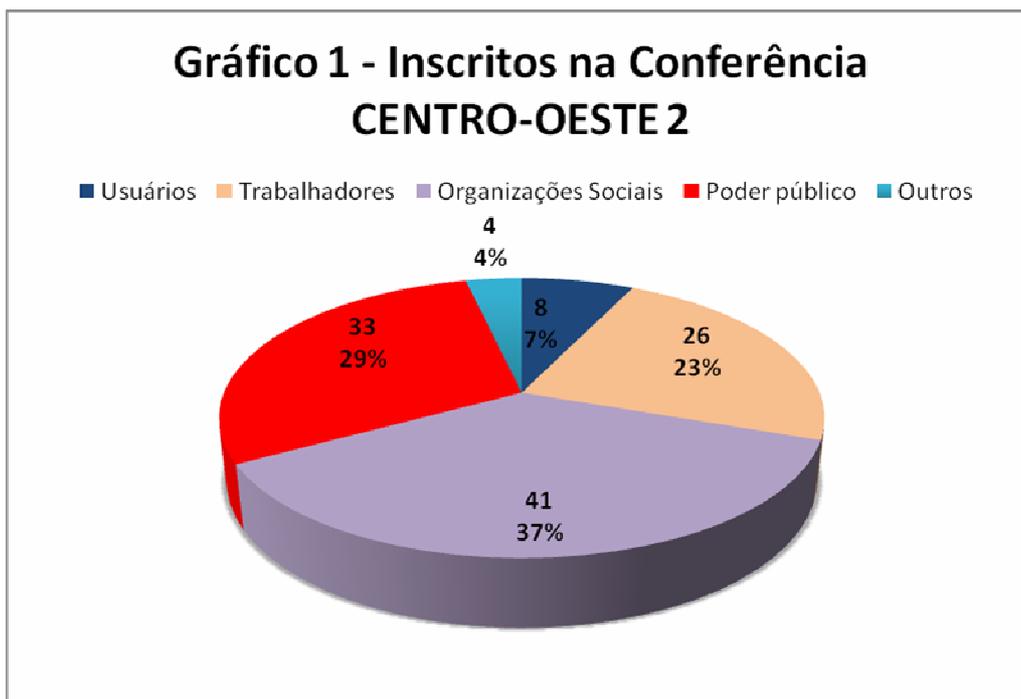
## **7. Escolha da delegação da Sociedade Civil para a Conferência Municipal**

O último trabalho da Conferência foi a escolha da delegação para a VIII Conferência Municipal, respeitando as regras aprovadas no regimento, considerando a proporção de uma vaga para delegado titular para cada 5 (cinco) participantes representantes da sociedade civil inscritos na Conferência Regional, e a proporção de 1 (uma) vaga para delegado suplente para cada 10 (dez) inscritos, sendo o total de vagas dividido igualmente para os 3 (três) segmentos – usuários do SUAS, trabalhadores e entidade/organizações sociais.

Na plenária final foram escolhidos 7 (sete) delegados titulares para participarem com direito a voz e voto na VIII Conferência Municipal de São Paulo, sendo 2 (dois) representantes dos usuários do SUAS, 5 (cinco) representantes dos trabalhadores e nenhum representante de organizações sociais. Foram escolhidos 02 (dois) delegados suplentes, do segmento dos trabalhadores. Foram escolhidos 06 (seis) observadores.

### **7.1. Participantes inscritos**

Das 141 (cento e quarenta e um) pessoas que assinaram a Lista de Presença 112 (cento e doze) pessoas entregaram a ficha de inscrição conforme previsto no Regimento, sendo 08 (oito) usuários do SUAS, 26 (vinte e seis) trabalhadores da rede socioassistencial, 41 (quarenta e um) de organizações sociais, 33 (trinta e três) representantes do poder público e 04 (quatro) de outras categorias não especificadas.



## 7.2. Delegados à VIII Conferência Municipal

### Segmento: Usuários

1. Andressa Silva Cantuário
2. Íris Dias Oliveira

### Segmento: Trabalhadores

1. Alice Aparecida de Alencar
2. Cacilda Santana Modesto
3. Geralda de Jesus Fernandes da Cruz
4. Ivandro Luiz Bedin
5. Neiri Bruno Chiachio

### Segmento: Organizações Sociais

**Não houve representação.**

### **7.3. Suplentes à VIII Conferência Municipal**

Segmento: Usuários

**Não houve representação.**

Segmento: Trabalhadores

- 1. Abgail Silvestre Torres**
- 2. Iraci Ozeas dos Reis Hower**

Segmento: Organizações Sociais

**Não houve representação.**

### **7.4. Observadores à VIII Conferência Municipal**

- 1. Fabio Luis Pozzo**
- 2. Janete dos Santos Lima**
- 3. Marcilene Oliveira de Abreu**
- 4. Neusa Francisca de Jesus**
- 5. Rosemeire de Souza Oliveira**
- 6. Sonia Regina Faria Costa**

### **8. Candidatos à indicação do Poder Público para a VIII Conferência Municipal**

- 1. Susana de Vancoscelos Dias**
- 2. Robson Leandro de Almeida**

## 9. Avaliação

### 9.1. Síntese das avaliações dos participantes

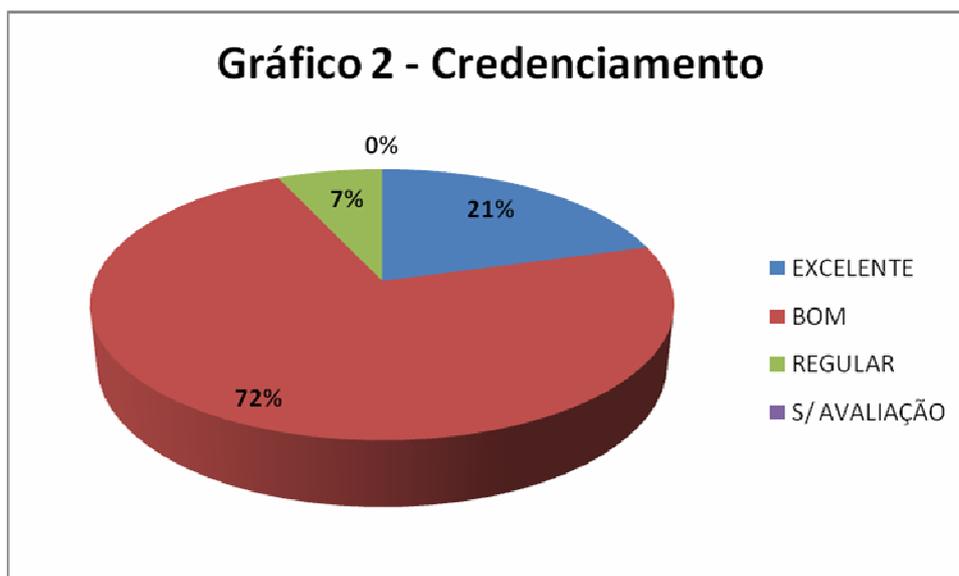
Nesta Conferência Regional foram entregues por parte dos participantes 29 (vinte e nove) avaliações. Dentre elas, no item *credenciamento* 72% (21 avaliações), indicaram como BOM; no item *palestra* 69% (20 avaliações) indicaram o processo como EXCELENTE; no item *trabalhos em grupo* 59% (17 avaliações) indicaram como BOM; no item *infra-estrutura* 62% (18 avaliações), indicaram como BOM. No quesito *organização geral do evento*, a maioria das avaliações 76% (22 avaliações) apontaram o processo como BOM.

Os dados quantitativos referentes à avaliação encontram-se na tabela 10.

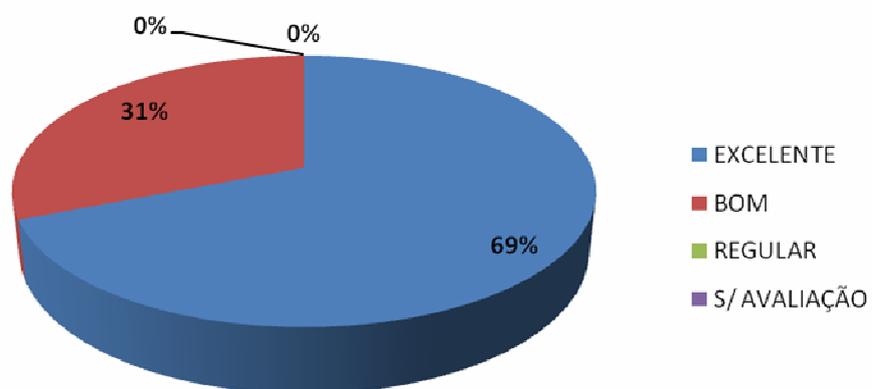
**Tabela 10 - Avaliações dos participantes sobre a Conferência Regional**

	EXCELENTE	BOM	REGULAR	SEM AVALIAÇÃO
<i>Credenciamento</i>	06	21	02	0
<i>Palestra(s)</i>	20	09	0	0
<i>Trabalhos em grupos</i>	01	17	10	0
<i>Infra-estrutura</i>	02	18	09	0
<i>Organização geral do evento</i>	0	22	07	0

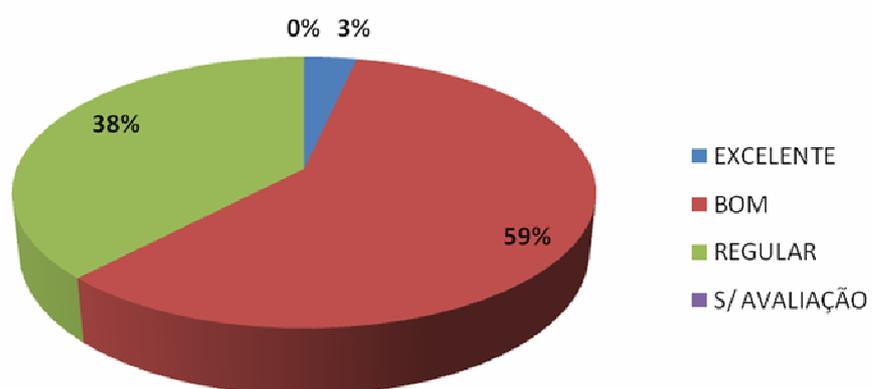
Os dados também podem ser visualizados nos gráficos a seguir:



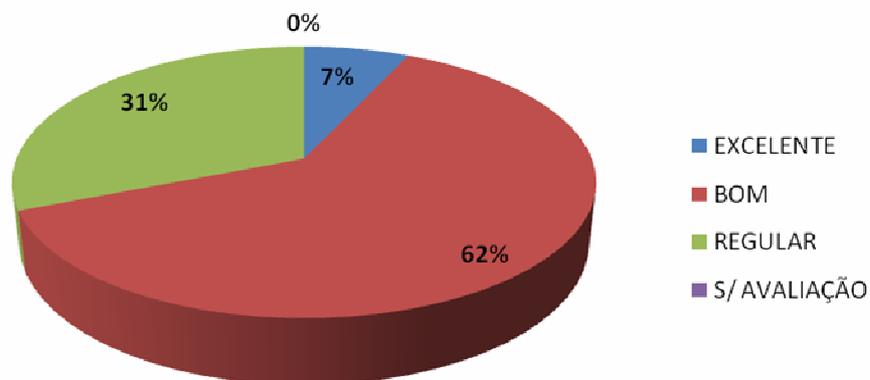
### Gráfico 3 - Palestra(s)



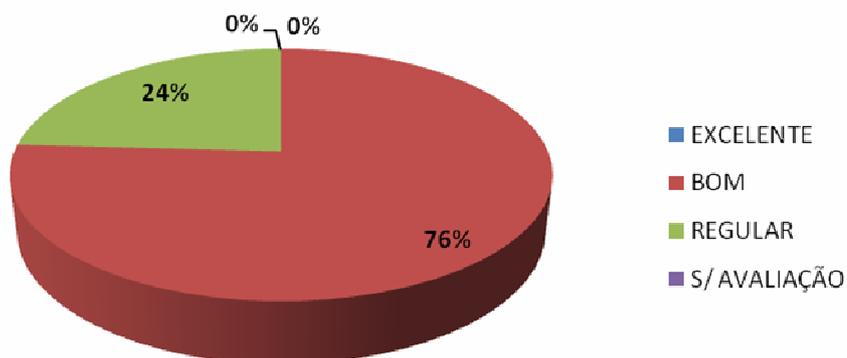
### Gráfico 4 - Trabalhos em grupos



### Gráfico 5 - Infra-estrutura



### Gráfico 6 - Organização geral do evento



## 9.2. Síntese das sugestões, críticas e elogios dos participantes

Os itens mostrados abaixo são resultados da categorização das manifestações dos participantes na ficha de avaliação. O número entre parênteses indica a quantidade de opiniões similares ao item.

### • Sugestões

1. Entregar os materiais para a Conferência com antecedência. (03).
2. Respeitar os horários previamente estabelecidos pelo regimento aprovado em plenária. (04).

3. Organizar melhor os horários para realizar os grupos de trabalho.
4. Realizar a Conferência em dois dias. (03).
5. Preparar melhor os participantes e os relatores e facilitadores. (02).
6. Apresentar os dados para que seja possível avaliar e conferir a efetivação das metas.
7. Fazer as palestras no período da manhã, para contribuir às discussões.
8. Entender e compreender melhor os temas abordados na Conferência.
9. Utilizar uma linguagem menos técnica.
10. Garantir uma melhor alimentação aos conferencistas.
11. Entregar cartilha de esclarecimento para os participantes.

- **Críticas**

1. Faltou uma alimentação adequada para os participantes. (03)
2. Faltou tempo para discussão das propostas a ser apresentadas para 2009/2011. (06)
3. Deixou a desejar na organização dos trabalhos de grupos.
4. Ficou muito difícil os trabalhos dos facilitadores e relatores, uma vez que os mesmos não foram devidamente preparados.
5. A falta de dados concretos para o “Conferir 2007” prejudicou o andamento da atividade. (03)
6. Faltou entendimento das “Propostas e Desafios” da Conferência.
7. Utilização de termos técnicos sem o devido esclarecimento.
8. Discutiu muitas questões que merecia mais cuidado e atenção.
9. Falta de entendimento das propostas elaboradas.
10. Má distribuição do tempo para as atividades.

- **Elogios**

1. Excelente assessoria. (02)
2. Adorei os trabalhos realizados neste evento.
3. Parabênzo toda a organização pelo trabalho.
4. Interessante a palestra

## **Anexo 1 - Pronunciamento da Coordenadoria de Assistência Social**

As conferências municipais, estaduais e nacionais de política pública constituem uma das mais importantes conquistas democráticas da sociedade brasileira, que vem sendo consolidadas após a Constituição Federal de 1988.

A cidade de São Paulo vai realizar sua 8ª Conferência Municipal de Assistência Social, por meio da parceria entre governo e sociedade civil.

O tema geral da conferência será a *Participação e o Controle Social no SUAS*, interpelando todos nós a refletir sobre os meios e oportunidades para ampliar o protagonismo das cidadãs e dos cidadãos paulistanos na fiscalização, no acompanhamento e no controle democrático da política de Assistência Social.

O COMAS-Conselho Municipal de Assistência Social, por meio de uma Comissão Organizadora e com apoio técnico e financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, vem se ocupando da organização da 8ª Conferência, o que requer atividades preparatórias com vistas ao pleno êxito do evento.

Nos dias 8 e 15/06/2009 foram realizadas reuniões de preparação de coordenadores, facilitadores e relatores, sob a coordenação da Comissão Organizadora.

No dia 17/06/2009, inicia-se o ciclo de 10 pré-conferências macro-regionais preparatórias para Conferência Municipal, que serão realizadas com apoio das CAS - Coordenadorias regionais de Assistência Social da SMADS.

A conferência, instância de reflexão e deliberação sobre a Política Pública de Assistência Social, representa privilegiado espaço de participação popular na defesa de direitos sociais e na construção de uma sociedade democrática.

A 8ª conferência é momento de CONFERIR o cumprimento das metas do biênio 2007-2009, aprovadas na última Conferência e de PROPOR novas metas para o biênio que se inicia.

Sob essa perspectiva, vale destacar aqui as preocupações e providências que vem marcando o primeiro semestre da atual gestão da SMADS.

Na ocasião do convite para assumir a gestão, a edição do aludido decreto, restabeleceu a especificidade da Pasta da Assistência Social, devidamente dotada de recursos humanos, materiais e financeiros para realização de seus fins e metas. A situação anterior configurava um duplo comando - de uma parte dos meios, por parte da SMSP; e dos programas, projetos e benefícios, por parte da SMADS - em prejuízo da necessária unidade e coesão das ações. A estrutura precedente alimentava um perverso distanciamento entre a unidade central e as unidades regionais. O novo desenho vem favorecendo a "reconciliação" da instância central com as 31 unidades regionais representadas pelos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, agora facilitada pela intermediação das novas Coordenadorias (Macroregiões) de Assistência Social criadas pelo mesmo decreto.

Recompõe-se, portanto, a estrutura de uma parcela do poder público paulistano, absolutamente fundamental para a gestão de políticas de melhoria da qualidade de vida da população, especialmente daqueles segmentos socialmente mais vulneráveis.

Já nos primeiros dias da gestão, a Srª Secretária determinou como prioridade da Pasta a consolidação dos CRAS- Centro de Referência de

Assistência Social, o que vem implicando, conforme o caso, instalação, readequação ou deslocamento, para outros imóveis, das unidades em funcionamento, de modo a cumprir o Plano de Providência pactuado com a SEADES e a CIT, segundo os critérios estabelecidos na revolução nº 6/Comissão Intergestores Tripartite, de 01/07/2008.

As recém-inauguradas unidades do CRAS - Freguesia do Ó e do CRAS - Santo Amaro constituem evidências do compromisso da atual gestão com a qualidade dos serviços socioassistenciais e com o respeito ao cidadão, à luz dos princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social. Encontra-se em andamento as providências quanto aos demais CRAS contemplados naquele plano.

Sob a gestão direta do poder público, os CRAS são unidades básicas de prestação de serviço socioassistenciais. Os CRAS significam a presença e a ação direta da municipalidade paulistana nos territórios cujos residentes esteja sujeitos a maior grau de vulnerabilidade social.

Todos nós, representantes do governo e da sociedade civil, estamos conscientes de nossas responsabilidades frente às complexidades das demandas do cidadão quanto aos serviços e benefícios da área da seguridade social. Conhecemos os desafios que teremos que enfrentar. E quais são esses desafios?

1. A ampliação da cobertura dos serviços e benefícios de Assistência Social, de modo a atender, efetivamente, a todos aqueles que “dela necessita”, observando-se o princípio constitucional em contexto de agravamento dos problemas sociais em decorrência da crise mundial.

2. A consolidação da rede de serviços, sob o comando único da SMADS, segundo as diretrizes do foco na família da territorialização das ações e da articulação intersetorial.

3. O aprimoramento dos mecanismos de gestão administrativa e financeira, alcançando maior eficiência e eficácia no monitoramento dos convênios, que constituem o principal instrumento da política socioassistencial municipal pela parceria com organizações sociais privadas.

4. O aprimoramento dos instrumentos de vigilância social, identificando tendências territoriais, regionais e metropolitanas, de modo a assegurar a resolutividade e eficácia das ações socioassistenciais.

5. A implantação de novas unidades de CRAS e a readequação das que se encontram em funcionamento, observados os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e, particularmente, o *plano de providência* elaborado com base na Res. CIT nº 6.

6. Avaliação e reordenamento da Política de Atenção à População em Situação de Rua com implantação de novas formas de abordagem e de prestação de serviço, privilegiando-se a (re) habilitação para o trabalho e para diversas inserções na vida social, de modo a romper com a tendência a cronificação de situações, à tutela e a dependência dos usuários em relação aos serviços.

7. Definição de uma metodologia de abordagem e de prestação de serviços a segmentos populacionais (crianças, adolescentes e adultos) “desterritorializados” pelos intensos deslocamentos na cidade e na região metropolitana e que desenvolve estratégias de sobrevivência “na rua”, em razão

do enfraquecimento ou da ruptura de vínculos com a família, a escola, o trabalho e a comunidade em seus respectivos “territórios”.

8. A otimização dos investimentos financeiros, materiais, técnicos e profissionais em serviços destinados ao abrigo institucional de crianças e adolescentes e a aplicação de medidas socioeducativas em meio aberto, de modo a alcançar maior eficácia no desligamento “assistido”, observados os princípios do *direito convivência familiar e comunitária* e de *provisoriedade e excepcionalidade* da medida de abrigamento.

9. A efetiva articulação da concessão de benefícios financeiros com a prestação de serviço socioassistenciais, otimizando a aplicação de recursos e favorecendo a conquista de autonomia pelos usuários.

10. A efetivação dos CRAS, concebidos como “portas de entrada” para o SUAS, evidenciando e dando visibilidade às ações diretas do poder público municipal pela intervenção nos territórios, pela articulação em rede distrital e regional dos serviços, pela proximidade dos serviços com as famílias usuárias e pela combinação dos serviços com a concessão dos benefícios.

A equipe de atual gestão do SMADS manifesta sua certeza de que representantes do governo e representantes da sociedade civil saberão honrar suas delegações e mandatos junto à 8ª Conferência, exercendo com dignidade o compromisso com a consolidação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, na cidade de São Paulo, no Estado e no Brasil.

E reafirma, uma vez mais, o seu empenho para o contínuo aperfeiçoamento da Política de Assistência Social, segundo padrões de qualidade e resolutividade compatíveis com a grandeza e a importância política, cultural, social e econômica da cidade de São Paulo para o país e para o mundo.

É, portanto, com entusiasmo e muita satisfação que declaro, em conjunto com a presidência do COMAS, aberta a Pré-Conferência Regional de Assistência Social.

## **Anexo 2 - Palestra “Participação e o Controle Social no SUAS”<sup>2</sup>**

### **Conceito de Controle Social (Polis: 2006)**

Ação da sociedade civil organizada para: intervir nas políticas públicas, definir prioridades e avaliar objetivos, processos e resultados.

### **Controle social no SUAS**

Sistema democrático e participativo de gestão e de controle social por meio de:

- Conselhos que devem ser de construção e operação democrática e transparente;
- Conferências de assistência social realizadas a cada biênio com efetiva possibilidade de participação de todos os segmentos;
- Publicização de dados e informes referentes às demandas e necessidades, de localização e padrão de cobertura dos serviços de assistência social;
- Canais de informação e de decisão com organizações sociais parceiras, submetidos a controle social, através de audiências públicas;
- Mecanismos de audiência da sociedade, de usuários, de trabalhadores sociais;
- Conselhos de monitoramento de direitos socioassistenciais;
- Conselhos de gestão dos serviços.

### **Desafios para o controle social na cidade de São Paulo**

- Ampliação da pauta do COMAS para além da inscrição de entidades sociais;
- Descentralização e ampliação de instâncias de controle social;
- Representatividade frente aos interesses dos usuários da política;
- Diálogo intersetorial;
- Acesso e divulgação das informações;
- Fortalecimento da participação dos usuários – CRAS;
- Processos de capacitação que incluam organizações de defesa de direitos e que sejam direcionadas para o fortalecimento dos eixos do SUAS;
- Definição de uma agenda comprometida com deliberações das conferências e que reafirme a necessidade de planejamento contínuo e participativo da política;
- Planejamento de ações de mobilização constante;
- Inscrição de organizações (PL 3021/08): qual é o posicionamento sobre a questão?

### **Condições necessárias para o fortalecimento do controle - construção de uma agenda**

Pressupõe:

- Governantes estimulados à partilha do poder com a sociedade civil; instados à construção de canais de participação;

---

<sup>2</sup> Conteúdo elaborado por Abigail Torres, Priscila Cardoso e Renato Luz

- E... A existência de uma sociedade civil mobilizada, consciente e politicamente ativa.

### **Responsabilidades dos atores envolvidos**

- Os gestores precisam re-organizar a rede socioassistencial de acordo com o SUAS;
- Os conselhos municipais, responsáveis pela inscrição das entidades e fiscalização dos serviços, programas e projetos da área, precisam redefinir critérios e parâmetros de qualidade do atendimento e assessoramento aos usuários e a própria participação nos conselhos. (Rosangela Paz)

### **Competência Ética**

- O sentido de democracia na sociedade moderna é alcance e a garantia do direito, e não só o poder de participar da decisão. (SPOSATI)
- Seguramente é importante termos o controle social dos meios, como o financiamento, mas esse controle permanecerá com baixa efetividade, ou até movido por interesses parciais, enquanto o processo de gestão da assistência social entre os entes federativos não guardar unidade quanto aos direitos do cidadão brasileiro no âmbito da política de assistência social.

### **Financiamento para realização de direitos**

- A distribuição dos recursos da Assistência Social pode representar violação de direitos, se de um lado o usuário precisa comprovar renda e necessidade para ter acesso a benefícios e serviços. Enquanto de outro os recursos não estão no fundo;
- Financiam-se as ações de primeiras-damas desarticuladas da política pública, utilizando recursos públicos;
- As organizações desenvolvem suas ações em desacordo com as diretrizes da política;
- Isenções são dadas sem controle de quantidade dos recursos e nem do tipo de ação desenvolvida.

### **Competências técnicas - condições**

- Existência de quadros de profissionais habilitados;
- Regularidade das informações relativas à gestão dos recursos e das ações desenvolvidas pelo Executivo e pelas organizações conveniadas;
- Qualificação dos conselheiros: especialmente quanto a metodologias para avaliação dos resultados das políticas sociais;
- Capacidade de além de executar serviços, propor e fiscalizar as ações;
- Combater ações de lobbies tensionando para a discussão sobre interesses públicos e coletivos;
- Desautorizar a representação de interesses dos usuários por seus "*benfeitores*" condição que caça protagonismo e reproduz subalternidade dentro da política.

### **Gestão democrática – exige instituições que:**

- Assegurem a expressão de quem nelas trabalham;
- Assegurem participação de seus usuários;
- Propiciem e fomentem a organização e expressão dos sujeitos (comissões locais de acompanhamento eleita pela comunidade);
- Sejam capazes de assegurar informações sobre todo o processo de decisão.

Instituir compromissos vem desde a base, é lá que inicia e também se dá de forma concreta à *co-gestão*. (SPOSATI)

*Temos a convicção que o processo das conferências bem como a gestão dos conselhos para além de conter uma potência, uma capacidade democrática, sinalizam que participar, gerir, decidir, pensar, intervir, controlar, avaliar uma política social indica que estamos manifestando uma vontade de poder interferir no presente e no futuro. É esta potência, capacidade e vontade que dá sentido ao processo de participação e de controle social, tanto como um vir a ser como a um pôr-se em movimento. (SPOSATI: 2009)*

**Anexo 3 - Dados sobre a Delegação da Sociedade Civil à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

**Delegados à VIII Conferência Municipal**

Segmento: Usuários

1	<b>Nome: Íris Dias Oliveira</b>	RG: 315577
	Endereço: Professor Carlos Reis, 115 - Pinheiros	
	Telefone: 3031-0577	E-mail: <a href="mailto:crmensageiros@institutomensageiros.org.br">crmensageiros@institutomensageiros.org.br</a>
2	<b>Nome: Andressa Silva Cantuário</b>	RG: 889921-2
	Endereço: Professor Carlos Reis, 115 - Pinheiros	
	Telefone: 3031-0577	E-mail: <a href="mailto:crmensageiros@institutomensageiros.org.br">crmensageiros@institutomensageiros.org.br</a>

Segmento: Trabalhadores

1	<b>Nome: Ivandro Luiz Bedin</b>	RG 6507348-8
	Endereço: Av. Casa Verde, 2901 aptº 66	
	Telefone: 8152-4859	E-mail: <a href="mailto:idb207@hotmail.com">idb207@hotmail.com</a>
2	<b>Nome: Alice Aparecida de Alencar</b>	RG: 1766109-8
	Endereço: R. Maraã,21 - Carapicuíba	
	Telefone: 3812-9298	E-mail: <a href="mailto:alicewallon@gmail.com">alicewallon@gmail.com</a>
3	<b>Nome: Geralda de Jesus Fernandes da Cruz</b>	RG: 24188080-4
	Endereço: Rua Paraguai, 29 V. Helena - Carapicuíba	
	Telefone: 4186-1853	E-mail: <a href="mailto:geraldinhade@gmail.com">geraldinhade@gmail.com</a>
4	<b>Nome: Cacilda Santana Modesto</b>	RG: 20211788-1
	Rua Escorpião, 555 Aptº 33 Bl 36	
	Telefone: 3031-0577	E-mail: <a href="mailto:cacildamodesto@ig.com.br">cacildamodesto@ig.com.br</a>
5	<b>Nome: Neiri Bruno Chiachio</b>	RG: 3621620-3
	Endereço: Rua Carlos Rath, 29	
	Telefone: 3819-9564	E-mail: <a href="mailto:neirib@uol.com.br">neirib@uol.com.br</a>

## Suplentes à VIII Conferência Municipal

### Segmento: Trabalhadores

1	<b>Nome: Iraci Ozeas dos Reis Hewer</b>	RG: 9371269
	Endereço: Caiobi, 662 casa 10 Perdizes	
	Telefone: 2628-0745	E-mail: <a href="mailto:resibeltrao@hotmail.com">resibeltrao@hotmail.com</a>
2	<b>Nome: Abgail Silvestre Torres</b>	RG: 16191912-1
	Endereço: Av 11 de Junho nº 99 Aptº 81-B - V. Clementino	
	Telefone: 5571-8196	E-mail: <a href="mailto:abgail_torres@uol.com.br">abgail_torres@uol.com.br</a>

## Observadores à VIII Conferência Municipal

1	<b>Nome: Neusa Francisca de Jesus</b>	RG : 1447462-6
	End: Al.Barros, 101- Aptº 1003	
	Telefone: 8128-6038	E-mail: <a href="mailto:nfjesus@uol.com.br">nfjesus@uol.com.br</a>
2	<b>Nome: Sonia Regina Faria Costa</b>	RG: 6199073-5
	Endereço: Av. Cláudio Frank, 511 - Jd Monte Kemel	
	Telefone: 3744-3630	E-mail: <a href="mailto:soniarefacosta@gmail.com">soniarefacosta@gmail.com</a>
3	<b>Nome: Janete dos Santos Lima</b>	RG: 14684532-8
	Endereço: Trav. Cachoeira Encrenco, 10 - butantã	
	Telefone: 7694-5289	Janete_lyma@yahoo.com.br
4	<b>Nome: Fabio Luis Pozzo</b>	RG: 27363016-7
	Endereço: Rua Paulo Gontijo de Carvalho, 13 - Pinheiros	
	Telefone: 9194-2845	E-mail: <a href="mailto:flpozzo@yahoo.com.br">flpozzo@yahoo.com.br</a>
5	<b>Nome: Rosemeire de Souza Oliveira</b>	RG 22594089-9
	Endereço: Trav. Cachoeira das Flores, 16 - Butantã	
	Telefone: 9304-6725	E-mail: meire131968@yahoo.com.br
6	<b>Nome: Marcilene Oliveira de Abreu</b>	RG: 26147300-1
	Endereço: Rua Fernando Sanabria, 290 Bl 11- aptº 03	
	Telefone: 8128-6470	E-mail: <a href="mailto:marcileneabreu@hotmail.com">marcileneabreu@hotmail.com</a>

**Anexo 4 - Dados sobre a Delegação do Poder Público candidatos à VIII Conferência Municipal de Assistência Social**

	<b>NOME</b>	<b>E-MAIL</b>	<b>TELEFONES</b>
1	<b>Susana de Vancoscelos Dias</b>	<a href="mailto:susanadias@prefeitura.gov.sp.br">susanadias@prefeitura.gov.sp.br</a>	(11) 3055 6800/(11) 9918 6100
2	<b>Robson Leandro de Almeida</b>	<a href="mailto:roblean19@yahoo.com.br">roblean19@yahoo.com.br</a>	(11) 8915 2240